



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS 100

ANO IX - Nº 100



DEFENSORES SOB AMEAÇA

páginas 8 e 9



Assistentes sociais no combate ao racismo página 11

A defesa das eleições e a retomada da democracia interrompida

As eleições de 2014 foram encerradas sinalizando tormentas. Já no dia seguinte aos resultados, foi iniciada uma ofensiva conjunta de setores derrotados nas eleições presidenciais, de uma mídia distorcida, de amplas frações do empresariado e de parte de seus eleitores alinhados ao despreço à democracia. Agravando esse cenário, o Congresso eleito foi o mais conservador e reacionário desde o período da redemocratização brasileira, com perfil hegemonicamente contrário aos direitos humanos, às políticas sociais e à defesa da laicidade do estado. Em menos de dois anos, o resultado dessa onda reacionária foi a deposição da presidenta Dilma – pelo artifício ilegítimo das pedaladas fiscais – e a ascensão de Michel Temer ao poder, orquestrada pelo Congresso e pela complacência do judiciário.

Assim, consolidou-se um golpe contra a Democracia e contra o povo brasileiro. Medidas e políticas recessivas foram anunciadas, restringindo e pilhando direitos sociais. Assistiu-se, desde então, ao acirramento da luta de classes: de um lado, um governo ilegítimo, cujas ações não tinham respaldo popular, que cumpria um projeto político derrotado nas urnas. E do outro, trabalhadoras assoladas por um alto índice de desemprego (27 milhões de trabalhadores e trabalhadoras), retratando o maior índice de reprovação já apurada de um líder político no mundo. Foi mais um episódio de rearranjo do poder realizado exclusivamente pela elite, imposta por frações da classe dominante com setores da classe trabalhadora a reboque.

Em dois anos de governo, o golpe mostrou a que veio: a consolidação dos interesses dos empresários e banqueiros, através da adoção de medidas recessivas como a promulgação da “PEC do fim do mundo” que estabelece, por 20 anos, um teto dos gastos públicos, incidindo gravemente, por exemplo, sobre políticas de educação, sobretudo com os recém anunciados cortes das bolsas de pós-graduação; a (contra)reforma trabalhista, apelando para a terceirização e precarização do trabalho; a intervenção federal militar no Rio de Janeiro, cujo saldo foi a maior repressão de moradores de favelas – e, sob sua vigência, os assassinatos da vereadora Marielle e seu motorista Anderson, ainda sem solução; a prisão do ex-presidente Lula, conduzida nitidamente para impedi-lo de concorrer às eleições de 2018; uma política de preços abusivos sobre os combustíveis, que culminou na enorme greve nacional dos caminhoneiros; a entrega do pré-sal; o endividamento infundo do governo, com déficits públicos consecutivos elevando a dívida pública etc.

Esse projeto representa os interesses do setor financeirizado da economia, que hoje influencia os rumos tomados pelo governo em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e em favor do rentismo, cujos maiores representantes da burguesia são os bancos e os fundos de investimentos por eles patrocinados. São estes setores que drenam praticamente a metade do que é arrecadado pelo governo por conta dos serviços da dívida. Dessa forma, não há dúvidas sobre os fins desse projeto de Estado: máximo para a burguesia e mínimo para a classe trabalhadora.

A Democracia não se reduz ao processo

eleitoral, sobretudo para a classe trabalhadora. Porém, as eleições de 2018 podem ser a oportunidade para o povo derrotar candidaturas que defendem abertamente o aprofundamento do Estado neoliberal. A tarefa primordial de quem se organiza contra o esvaziamento do Estado e que luta por políticas públicas e sociais no campo da saúde, educação, habitação, emprego e previdência, enquanto direitos assegurados, é lutar para eleger o maior número possível de parlamentares alinhados com o nosso campo. Apesar de as apostas em uma candidatura que unificasse as pautas das trabalhadoras não tenha se concretizado, pelo menos por enquanto, é imperativo termos mais representantes vinculados à classe trabalhadora em todas as instâncias.

Para nós assistentes sociais, estão em jogo projetos de sociedade que podem ampliar ou restringir as políticas sociais. É necessário combater projetos excludentes com pautas políticas de criminalização da pobreza, reafirmando assim os direitos humanos e as políticas sociais estatais, gratuitas e de qualidade. A mobilização da categoria é de suma importância e expressa o compromisso com outro projeto societário.

PRAXIS NO FEMININO:

No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESSRJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.



Presidenta: Dácia Cristina Teles Costa

Vice-Presidente: Nelson Felix Lima Neto

1ª Secretária: Simone Eliza do Carmo Lessa

2ª Secretária: Fábio do Nascimento Simas

1ª Tesoureira: Luciana Cristina Teixeira da Silva

2ª Tesoureira: Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

Conselho fiscal: Janaina Bilate Martins, Jussara de Lima Ferreira, Natália da Silva Figueiredo

Suplentes: Nathália Carlos da Silva, Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Maria Ribeiro, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Camilla Muniz da Costa Pereira, Mônica Simone Pereira Olivar, Malú Ribeiro Vale, Charles Vieira de Araujo

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos D Medeiros, Célio Albuquerque, Dácia Teles, Eder Frossard, Fábio Simas, Janaina Bilate, Luciana Teixeira, Natalia Figueiredo e Rafael Lopes

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 100 - Março/Abril 2018

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Seccional de Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Eliana Monteiro Feres

Secretário: Marco Antonio Pedro Vieira

Tesoureiro: Paulo Santos Freitas Júnior

Suplente: Isabella Motta de Oliveira Pinto, Suzana Mancebo Barros, Luciana Custódio Soares

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Osvaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050 – Telefax: (24) 3342-6886

Coordenador: Gleydson Felipe Duque de Paiva

Tesoureira: Cynthia Correa de Oliveira Ferreira

Secretário: Eder Frossard de Andrade

Suplentes: Luiza Silva Pires, Marcello Pedro da Silva Santos

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 16.600 exemplares - **Data de impressão:** 31/08/2018

Notas

Assembleia escolhe representantes para encontros Descentralizado e Nacional

A Assembleia Geral Ordinária realizada pelo CRESS RJ, no dia 30 de junho, na sede do Conselho, na Rua México, Centro do Rio, elegeu a delegação que representará a entidade durante os 47º Encontros Descentralizado da Região Sudeste e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.

Foram eleitas por aclamação como delegadas titulares representantes da base: Alessandra Celita Couto Fogaça, Eliana da Silva, Érica Ferreira, Francineide Sales, Francelyne da Silva de Assis Levino, Márcia Nogueira, Melissa Yaakoub, Michele Pontes, Renata de Freitas e Rita Cavalcante. Tiveram direito a voto assistentes sociais regularmente inscritas e com a anuidade em dia.

Além disso, foi apresentado um balanço do primeiro ano da gestão “Não temos tempo de temer”. Nesse período foram realizados 123 encontros com a participação da base, 66 ações políticas em parceria com movimentos sociais e entidades, e 90 reuniões das comissões temáticas e núcleos. O CRESS RJ é um espaço aberto de trocas, compartilhamento de experiências, formação e apoio à categoria.



Registro e anuidade

Pagar a anuidade é fortalecer a profissão

Assistentes sociais que ainda não pagaram suas anuidades do exercício de 2018 podem solicitar os boletos através do e-mail registroanuidade@cressrj.org.br. Os boletos podem ser parcelados em até quatro vezes.

As anuidades são um tributo atualmente previsto na Lei 12.514/2011 e pagas por todos os profissionais, que têm a profissão regulamentada, se constituindo como fonte de recursos do Conselho. Pagar a anuidade, mais do que uma obrigação, significa apoiar e fortalecer a realização da função precípua e das ações políticas do conjunto CFESS/CRESS em defesa da profissão de Serviço Social. Para saber mais sobre as nossas ações, acompanhe o site do CRESS www.cressrj.org.br, a página do Facebook e a revista Praxis. Para obter outras informações sobre as anuidades, basta nos enviar um e-mail para registroanuidade@cressrj.org.br ou telefonar para (21) 3147-8787.

O CRESS possui diferentes formas de participação, como por exemplo, as Comissões temáticas que tratam de questões relacionadas ao exercício profissional nos diversos campos sócio-ocupacionais nos quais assistentes sociais se inserem. Caso tenha dificuldades em participar das atividades do Conselho, há 13 núcleos espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro. Veja qual deles é mais acessível a você. Venha, participe do seu Conselho!

CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Ordinária

O Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região convoca assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **22 de setembro de 2018**, sábado, com primeira chamada às 10h e às 10h30 em última chamada. O evento será realizado no auditório do CRESS-RJ - Rua México, 41, 12º andar.

Na pauta: prestação de contas 2018; apresentação da proposta política e financeira do Conselho para o exercício de 2019; e deliberação do valor das anuidades de 2019.

A assembleia é aberta, mas somente terão direito a voto assistentes sociais em pleno gozo de seus direitos e em dia com as anuidades até o exercício de 2017. Assistentes sociais que não estão nestas condições têm até o dia da assembleia para regularizar sua situação.

DÚVIDAS Setor de Registro e Anuidade (21) 3147-8772
registroanuidade@cressrj.org.br

Exercício profissional

A resistência do Serviço Social na Saúde Mental

No final do ano passado, as mudanças que foram anunciadas e realizadas pela Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Drogas do Ministério da Saúde (CGMAD/MS), referentes à Política Brasileira de Saúde Mental, estão na correnteza dos retrocessos em andamento no país. O centro da questão está no retorno de modalidades e posturas manicomializadoras, como a volta de indicativos como da abstinência e das internações involuntárias de usuários de álcool e outras drogas. Ou seja, uma ameaça à consolidação da Lei da Reforma Psiquiátrica nº 10216/2001.

A diferença entre os serviços territoriais em relação aos hospitais psiquiátricos não reside apenas no fato dos mesmos substituírem as internações. Aqueles apresentam uma proposta de acompanhamento mais ampliada voltada para o território de vinculação e de inserção dos sujeitos, mesmo quando necessário acolhimento à crise, assim como acontece no caso dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS III). Nessa lógica de desenvolvimento do trabalho dos serviços substitutivos se privilegia um olhar multidisciplinar, de escuta e de co-participação, dos usuários da saúde mental, como sujeitos de direitos e não como portadores de doenças mentais.

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), esse projeto de desmonte da saúde mental investe a maior parte do seu recurso em Comunidades Terapêuticas: são R\$ 240 milhões contra pouco mais de R\$ 31 milhões para os serviços substitutivos. Isso representa o sufocamento pelo qual passa a política e, sobretudo, desmonte por meio da priorização de investimentos em serviços privados, que não tem o perfil do cuidado em saúde e de fortalecimento do SUS. Com isso, quotidianamente, profissionais da área buscam resistir lutando contra essa lógica em andamento, se unindo a movimentos sociais e frentes/fóruns de fortalecimento da Reforma Psiquiátrica.

A assistente social Priscilla Borelli trabalha há três anos no CAPS Álcool e Outras Drogas Antônio Carlos Mussum (CAPSad III), em Jacarepaguá. O local onde se encontra o CAPS, a antiga Colônia Juliano Moreira, carrega em sua história o estigma de ter abrigado pessoas consideradas "anormais" e "indesejáveis", rótulos que o senso comum reproduz quando se trata de pessoas em sofrimento mental e adictos. Hoje, se ouvem os gritos do passado estigmatizado ecoarem no presente.

"O antigo manicômio vem sendo desmontado aos poucos. E no lugar onde foram criados e oferecidos serviços substitutivos hoje é um bairro. Nosso CAPS tem outro diferencial, além de ser 24 horas e possuir leito para sustentação da crise no serviço, existe uma Unidade de Acolhimento Adulto acoplada. Esta é a primeira do Estado para pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas. A unidade que funciona como uma moradia provisória pode acolher durante um período máximo de seis meses, com capacidade de até 15 pessoas", explica sobre o serviço da Unidade de Acolhimento Adulto Cacildis.

A realidade, porém, mostra que o número de CAPSad, na modalidade 24 horas, ainda não é suficiente para dar conta do território da Cidade do Rio de Janeiro. A assistente social destaca que aproximadamente 15 profissionais da categoria trabalham vinculadas aos equipamentos.

"Não temos um número expressivo de profissionais nesse campo e isso é um desafio. O serviço é muito recente. É um espaço que ainda precisamos consolidar o trabalho das assistentes sociais. A saúde mental tem uma prevalência do campo da psicologia, psiquiatria e enfermagem. Além disso, a Rede do Rio de Janeiro sofreu no ano de 2017, com atrasos de salários e, conseqüentemente, greves. Isso acabou desestimulando os profissionais. Já temos notícias de uma colega que foi para São Paulo", aponta.

A luta pela política de Saúde Mental

Andressa Ferreira assistente social da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da capital, relata que apesar da tentativa de



"É um espaço em que ainda precisamos consolidar o trabalho das assistentes sociais"

Priscilla Borelli

Assistente social do CAPSad III Antonio Carlos Mussum

estrangulamento dos serviços, redução de trabalhadores e o maior investimento em serviços privatizados, o conjunto de trabalhadores da área está cada vez mais articulado.

"Os espaços que conseguimos estar juntos são os fóruns temáticos, pois compartilhamos o que está acontecendo, construindo estratégias para pensarmos ações frente a esse momento. E como geralmente não há um número satisfatório de assistentes sociais nesses equipamentos, também é uma oportunidade de estarmos mais próximas. E a percepção central é que as políticas públicas estão sendo redesenhadas sem a participação dos usuários, de seus familiares", detalha.

Essa articulação ganhou força no ano

passado por conta de uma greve. E não apenas com as assistentes sociais que atuam nos CAPS, mas com profissionais da Saúde Mental de outros espaços. Da luta contra o sucateamento das unidades, foi criado um grupo com aproximadamente 60 profissionais que hoje se articulam nesse campo. Essa é uma importante ferramenta de organização.

Andressa segue nos informando que contra o sucateamento, os usuários têm participado paulatinamente de rodas de conversas com as diversas categorias atuantes nesses espaços.

“Eles têm muita crítica ao que estão vivenciando. Melhor do que ninguém, eles sabem analisar esse momento. São pessoas institucionalizadas, muitas viveram em abrigos por muitos anos e agora percebem o agravamento da situação”, sublinha.

Andressa trabalha na Unidade de Acolhimento Adulto (UAA) Metamorfose Ambulante, em Olaria, para usuários de álcool e outras drogas. O centro abrange toda a Zona Norte e possui um total de 12 vagas. Usuários podem ficar durante seis meses acolhidos, porém esse período vai depender de outras variáveis relacionadas ao projeto terapêutico singular de cada usuário como moradia, educação, estabilidade da crise. O trabalho desenvolvido pela equipe também busca imprimir uma atuação intersetorial em várias frentes de cuidados.

Retrocessos à vista

A análise realizada pelas assistentes sociais acerca do atual momento da política pública de Saúde Mental não pode ser levada em conta sem considerar a ótica do desmonte pela qual a política passa.

“No campo de álcool e outras drogas, a recente aprovação da política com predominância para o viés da abstinência ao invés da redução de danos nos chama atenção, além de um importante investimento nas comunidades terapêuticas, que são espaços que o conjunto CFESS/GRESS e o CRP (Conselho Regional de Psicologia) já realizaram visitas e constataram importantes violações de direitos humanos. E quando temos contato com usuáries que passaram por esses espaços, eles também relatam o mesmo. Geralmente esse tipo de internação leva em torno de nove meses. E percebemos tanto através de estudos, quanto na prática, que não é um tratamento resolutivo. Nós estamos buscando garantir que esse sujeito tenha uma vida em sociedade e que o uso de qualquer substância não seja motivo de isolamento”, destaca Priscilla.

Ela ressalta que até o momento, o Rio de Janeiro ainda resiste a esta ofensiva.

Para a discussão da nova política de saúde mental, de acordo com a Portaria 3.588 de 21 de dezembro de 2017, e da nova política de drogas, conforme a Portaria 679 de 20 de março de 2018, ambas sancionadas pelo governo Temer, uma audiência na ALERJ foi realizada no início de 2018, com a presença e direito a fala do GRESSRJ e diversas entidades representativas. Naquela ocasião, ficou acordado o compromisso de que essas medidas não seriam adotadas. Contudo, essa situação não é definitiva.

“Essas comunidades agrupam um grande número de pessoas. Num universo de 200 pessoas internadas, não tem como o usuário ser olhado de forma individual e ter seu projeto respeitado. Temos que pensar a nossa atuação dentro desses espaços. Vamos precisar estar muito próximas para resistir”.



“Nosso trabalho é fazer uma articulação na vida daquele sujeito para tentar garantir minimamente outras formas de inserção na vida”

Andressa Ferreira

Assistente social da UAA
Metamorfose Ambulante - Olaria

A contribuição do Serviço Social

Poder enxergar o sujeito em sua integralidade é a principal contribuição que as assistentes sociais atribuem à profissão com inserção na saúde mental.

“Nosso trabalho é fazer uma articulação na vida daquele sujeito para tentar garantir minimamente outras formas de inserção na vida, porque eles são sujeitos com extrema vulnerabilidade social, que perderam laços familiares, por exemplo. Ocorre que a questão da droga fica em primeiro plano, são criminalizados, tanto pela questão da raça quanto pelo uso da droga. Ficam completamente à margem da sociedade e nosso trabalho é produzir outra forma desse sujeito se relacionar com sua realidade, porque muitas vezes a rua é só o lugar de uso. Temos uma pegada também ampliada de construir as possibilidades deles ocuparem a cidade, lazer, cultura”, afirma Andressa.

Priscilla segue na mesma linha e aborda esse ponto pela perspectiva das expressões da questão social e a maneira como esses elementos operam entre si e atingem o sujeito. Somam-se a isso as políticas conservadoras e o neoliberalismo.

“Quando se pensa apenas a estrutura psíquica, pouco se leva em consideração as questões das expressões sociais: classe, gênero e raça. E isso é nosso (do Serviço Social), colocar esse sujeito na história. Tento sempre trazer essas questões para que se possa pensar a partir dessas dimensões e incluir o olhar da assistente social no atendimento. Senão fica individualizado, um pouco focado no uso da substância. Outro ponto fundamental, é estar junto com os usuários nos fóruns, ou em outros espaços organizativos e trazer essa discussão política para dentro do atendimento. Estar nas assembleias e se tem audiência pública, vamos juntas. É uma grande contribuição do Serviço Social, porque a reforma psiquiátrica foi realizada junto com familiares e usuários. E nesse momento que estamos vivendo, apenas os profissionais sozinhos não vão conseguir dar conta”, destaca.

Dessa forma, somente através da atuação pautada pelos princípios do Código de Ética Profissional e pelo enfoque da Redução de Danos é possível garantir que a atuação profissional na atenção a usuários de álcool e outras drogas seja na direção do fortalecimento da perspectiva antiproibicionista e da Reforma Psiquiátrica, reconhecendo a liberdade enquanto valor ético central.

Pergunte à COFI

Propaganda eleitoral no trabalho

Sou assistente social, trabalho no CRAS em um município no interior do RJ e já fomos informadas pelo gestor que seremos requisitadas para participar da campanha eleitoral do atual prefeito que irá se candidatar à reeleição. Apesar de nos posicionarmos contrárias a esse tipo de ação, sabemos que poderemos sofrer retaliações por não participar da campanha. De que forma o CRESS pode nos resguardar diante dessa situação?

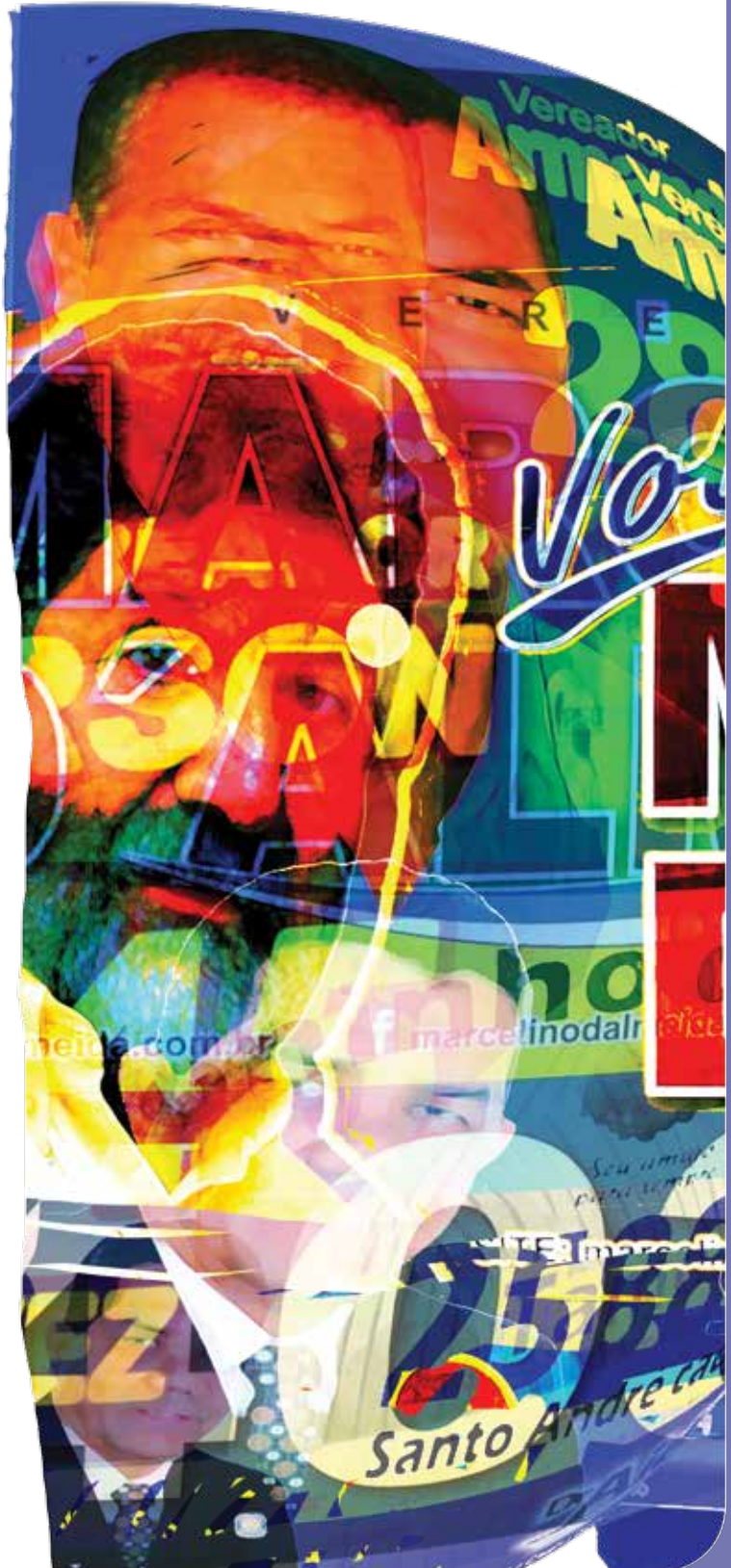
A participação e a manifestação política de qualquer pessoa é um direito inalienável, porém a utilização do exercício profissional, do espaço público ou das políticas sociais para defesa desta ou daquela candidatura vai contra o princípio da universalidade do acesso aos serviços públicos. Atitudes como utilizar equipamentos (mesas de trabalho, murais, quadros de avisos etc) para divulgação de candidaturas; vinculação do acesso a serviços à preferência partidária ou a determinada candidatura; cadastramento de eleitores com o objetivo de viabilizar acesso a atendimentos, políticas ou outras ações profissionais; acompanhamento (por candidatos e/ou apoiadores) de usuários nos atendimentos prestados caracterizam favorecimento político e comprometem o caráter público das políticas. Ressaltamos que é uma atribuição do CRESS prestar orientação e fornecer assistência político-jurídica às profissionais que sofram retaliações por recusarem a este tipo de assédio.

Como devo proceder quando em meu local de trabalho vejo profissionais fazendo campanha eleitoral em seu exercício profissional?

Mediante argumentação fundamentada, deve denunciar ao CRESS colegas de profissão que coloquem seu exercício profissional cotidiano a favor de interesses clientelistas e antiéticos, como a promoção ou a conivência com o repasse de serviços e benefícios sociais públicos vinculados a propagandas eleitorais.

O que podemos fazer quando vemos futuros candidatos políticos informando à população que a continuidade das diversas políticas públicas estão relacionadas à eleição/reeleição de determinadas candidaturas?

Articular formas de tornar pública a crítica a estas condutas, no sentido de contribuir para que a população reflita a respeito de candidaturas que se utilizam destes expedientes em busca de votos.



Orientação e Fiscalização

Exercício ilegal da profissão: você sabe do que se trata?

Assistente Social é a profissional que cursou a Graduação em Serviço Social e tem inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua Região. Infelizmente, ainda há pessoas que consideram que somente ter o diploma já habilita para trabalhar como assistente social, mas isso se configura como exercício ilegal dessa profissão.

Conforme a Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, somente pode atuar como assistente social quem está habilitado, ou seja, quem se graduou em curso de Serviço Social reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC e também está inscrito no CRESS.

Importante conhecer que o protocolo recebido no ato do requerimento de inscrição não confere habilitação imediata, pois se trata tão somente de um comprovante da entrega da documentação necessária por parte da requerente. Essa documentação é analisada pela Comissão de Inscrição e, estando regular, a inscrição será homologada pela Diretoria do Conselho. Somente após o cumprimento desses trâmites que a requerente receberá a habilitação profissional conferida pelo CRESS.

É necessário ressaltar que atuar como assistente social sem o regular Registro no CRESS é considerado uma infração caracterizada como exercício ilegal de profissão e também falsidade ideológica. Isso se refere tanto a bacharéis em Serviço Social quanto para profissionais que solicitaram o cancelamento de sua inscrição e continuam atuando na área.

O exercício ilegal ocorre quando são realizadas tarefas, atividades e exercida atribuição privativa da profissão de Assistente Social por pessoas sem habilitação ao exercício profissional, independente do tempo e tipo de vínculo empregatício, sejam aquelas em contratos temporários, em desvios de função e/ou realizando trabalho voluntário em instituições públicas, privadas, ONGS etc.

As pessoas inscritas, que por diferentes motivos não exerçam a profissão, orienta-se pedir o cancelamento do registro. Com isso, cessa a obrigação de pagar a anuidade. Cabe à profissional inscrita que não atua na área, comunicar ao CRESS seu pedido de cancelamento de registro, evitando assim a cobrança da anuidade. Com isso, a partir do cancelamento são evitados novos débitos. Importante ressaltar que, como a anuidade é um tributo fiscal, o CRESS é legalmente obrigado a cobrar todo o valor corrigido.

É importante considerar que toda a sociedade tem a

Lei de Regulamentação

Está lá escrito no segundo artigo da lei de regulamentação da profissão:

Somente poderão exercer a profissão de assistente social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953. Parágrafo único. O exercício da profissão de assistente social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

responsabilidade de zelar pelo exercício profissional de qualidade. Assim, se faz necessária a comunicação imediata ao CRESS sobre a suspeita de pessoas que se passam por assistentes sociais. Essa também é uma responsabilidade de Instituições que podem ser implicadas por conivência ao empregar em situação irregular.

O Conselho é responsável pela orientação e fiscalização do exercício profissional e está sempre de portas abertas aos profissionais de serviço social. O CRESS é seu. Venha fazer parte dele!

Direitos Humanos

O desafio cotidiano de defensoras e defensores

De acordo com o relatório divulgado pela Anistia Internacional, até agosto de 2017, 62 defensoras e defensores dos direitos humanos foram executados no Brasil. Em 2014, foram 136 assassinatos no mundo todo. No ano seguinte, 2015, a estatística cresceu para 156. E em 2016, último ano de dados mundiais compilados, foram 280.

O Brasil, além de ser o país da América Latina que mais perde representantes dessa luta, lidera outros rankings: assassinatos de jovens negros do sexo masculino, de pessoas LGBTQTs, de lideranças da defesa da terra, de populações tradicionais (indígenas, quilombolas etc) e de policiais.

Quando se começa a compor o quadro da violência no país, percebe-se que essa realidade é estrutural da sociedade brasileira. As informações desse relatório por si só nos chamam a atenção, mas é preciso observar outros dados. Ainda de acordo com a Anistia Internacional, a população carcerária brasileira atingiu a marca de 727.000 pessoas privadas de liberdade, sendo a terceira maior do mundo. A população negra representa mais de 60% desse total.

Em outro estudo divulgado, o Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) afirma que em 2016, o Brasil alcançou a marca de 62.517 homicídios. Ou seja, 30 mortes a cada 100 mil habitantes, uma taxa trinta vezes maior que a taxa europeia. Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam a vida devido à violência intencional no país. Outro dado indica que 71,5% das mortes violentas são de pessoas negras ou pardas.

Abordar o assassinato de defensores dos direitos humanos e o risco no qual se encontram, sem analisar como a violência se capilariza na sociedade, é descontextualizar a realidade dessa situação.

Da realidade concreta

Na madrugada de 23 de julho de 1993, mais de 40 crianças e adolescentes dormiam nos arredores da Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, quando homens armados saíram de um veículo e "abriram" fogo. O massacre, que ficou conhecido como "Chacina da Candelária", chocou o país e o mundo. Foram oito mortos. Dos sobreviventes, Wagner dos Santos é a



Edmea da Silva Euzébio
liderava o grupo conhecido como
"Mães de Acari", foi executada numa
emboscada na Praça Onze em 1993.

principal testemunha e, após sofrer outro atentado em 1994, entrou num programa de proteção. Desde então, vive na Suíça.

Dessa história, nasce uma das principais defensoras dos direitos humanos na área de segurança pública e violência institucional do Rio de Janeiro: "Minha trajetória começa em 1995 quando reencontro meu irmão, sobrevivente da chacina da Candelária. E de lá para cá, me transformei numa defensora dos direitos humanos, devido a este fato que aconteceu na minha vida", relata Patrícia Oliveira.

A década de 1990 foi marcada por outras chacinas. No dia 26 de julho de 1990, 11 jovens, sendo sete adolescentes, moradores de Acari, no Rio, foram retirados de um sítio no município de Magé, por um grupo que se identificou como policiais. Os corpos das vítimas nunca foram encontrados. Em 1993, Edmea da Silva Euzébio, que liderava o grupo conhecido como "Mães de Acari", foi executada numa emboscada na Praça Onze.

Policiais militares encapuzados dispararam contra um bar cheio, além de casas na comunidade de Vigário Geral, em 1993. A chacina foi uma resposta dos militares por causa da morte de quatro policiais durante uma operação na localidade. Vinte e uma pessoas foram mortas aleatoriamente. Toda a dor e comoção dessas histórias se cruzaram.

"Quando conheci esse pessoal começamos a participar de vários espaços, reuniões, manifestações, debates, seminários, atos públicos. Fomos conhecendo outras pessoas. O caso de Acari ficou sem resposta. Argumentaram que se não tem corpo

não tem prova", conta Patrícia, que em sua trajetória fundou em 2004 a Rede de Comunidades Contra a Violência, e hoje integra o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Atualmente, ela adota mais cautela por ser defensora de direitos humanos, sobretudo com os ataques e fakenews nas redes sociais.

"Ser defensor dos direitos humanos, nesses tempos no qual as pessoas falam que é tudo bandido e só querem ameaçar, você não pode nem fazer uma postagem que as pessoas querem te atacar, por isso, temos que ficar mais atentos. Isso se acirrou após a morte da Marielle. Então, procuro hoje pensar mais. As autoridades não têm um discurso da não violência, e aí é juiz, desembargadora, médico, policial falando um monte de asneiras nas redes sociais".

Defensoras dos direitos humanos: um panorama nacional

As defensoras e defensores de direitos humanos exercem uma função essencial para o fortalecimento e ampliação da democracia, ao se posicionarem na linha de frente no combate a graves violações. Por incomodarem e desafiarem os responsáveis por infrações de direitos humanos, ficam suscetíveis a ameaças, perseguições e criminalização, ou, em situações extremas, pagam com a própria vida.

Sandra Carvalho, coordenadora da Justiça Global, relata que a maior parte dos conflitos que resultam em mortes está relacionada à questão de terras e territórios, mais



Marielle Franco
Vereadora pelo PSOL RJ, assassinada
a tiros em 14 de março de 2018

localizados nas regiões Norte e Nordeste, e em uma parte do Centro Oeste. Grilagem de terra, agronegócio, megaprojetos de infraestrutura e madeira são os principais panos de fundo dessa disputa.

“Estamos no município de Anapu, no Pará, apurando conflitos num estado problemático. De 2015 até agora, 16 pessoas foram assassinadas em conflitos que estão postos desde o assassinato da Dorothy Stang, em 2005. Como as questões estruturais não são encaradas ou enfrentadas, os conflitos não desaparecem, na verdade se incrementam. Isso temos verificado largamente. Outro agravante para essa triste realidade é o difícil acesso a muitos desses locais”.

Ainda de acordo com Sandra, a ONG acompanha uma situação de três defensores de direitos humanos que foram mortos numa cidade da Amazônia, mas pouco se avançou e se investigou porque é um local pouco acessível.

“Existem milícias no campo e os latifundiários se organizam em consórcios. O fenômeno da interiorização da violência também chama a atenção. Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, reduziram os números de homicídios enquanto em estados como Rio Grande do Norte, Sergipe e Pará os índices subiram”.

Na Bahia, continua Sandra, lideranças quilombolas foram assassinadas em 2017. Num primeiro momento, tentaram relacionar as mortes ao tráfico de drogas que estava se instalando na região. Mas não eram esses conflitos os reais geradores desses homicídios.

Programa de proteção

O Programa para Proteção de Defensores dos Direitos Humanos é fruto da mobilização da sociedade civil que cobrou e contribuiu para que a medida fosse adotada.

Ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), a Justiça Global lançou o relatório “Na Linha de Frente: criminalização dos defensores de direitos humanos no Brasil”.

“No dia do lançamento do documento, um advogado dos direitos humanos do Espírito Santo foi morto. Isso teve uma grande repercussão. Então, FHC criou um grupo de trabalho para pensar essa proteção, mas era final do governo dele. E quando o Lula venceu, cobramos a continuidade da ação. Em seguida, foi instaurado um grupo de trabalho composto pelo estado e por várias organizações da sociedade civil, para construirmos o que seria uma política de proteção aos defensores”.



Dorothy Stang

Atuava em conflitos relacionados à exploração da terra no Amazonas, foi executada 12 de fevereiro de 2005

O programa foi lançado oficialmente em outubro de 2004, em três estados pilotos: Pará, Pernambuco e Espírito Santo.

“Eles lançaram, mas ainda não estava amadurecido e acabou não indo muito para frente. Só que em 12 de outubro (2005) houve o assassinato da Dorothy, então, o programa ganha vulto e começa a ser executado de fato. Ao longo dessa história enfrentamos muitos problemas com esse programa. Quando lançamos, até o conceito de defensores de direitos humanos estava em disputa, e ainda segue. Um dos problemas é que ao longo desses anos o programa teve muita descontinuidade, além do pouco financiamento e resistência dos estados em adotá-lo”. O estado do Rio já foi signatário do programa. Hoje não faz mais parte.

“Teve outro problema, em abril de 2016. A Dilma, durante a Conferência Nacional dos Direitos Humanos, assinou um decreto que modificou o programa de proteção excluindo a participação da sociedade civil de sua coordenação nacional. Foram excluídas instituições que sempre contribuíam para a resolução dos conflitos, como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), a Fundação Palmares e a Ouvidoria Agrária. Conseguimos aprovar uma nota de repúdio e agora estamos retomando o diálogo com esse governo para reelaborar um novo decreto. A política sofreu todos esses abalos. E está longe de ser uma política eficaz, embora permaneça importante”.

O contexto urbano

“O contexto urbano é menos documentado, no Comitê Brasileiro de Defesa dos Defensores dos Direitos Humanos precisamos avançar na metodologia da coleta

de informações. As ameaças e os assassinatos aos comunicadores são muito fortes no Brasil e ocorrem bastante em meio urbano. Mas precisamos construir parâmetros”.

Ainda de acordo com a coordenadora da ONG, após o assassinato da defensora dos direitos humanos e vereadora Marielle Franco (PSOL RJ), o governo anunciou um incremento de três milhões a mais no orçamento que anteriormente estava previsto para dez milhões de reais.

“Infelizmente, ainda é preciso que defensores dos direitos humanos, que possuam maior expressividade dentro de cada área de atuação, sejam executados para que o poder público dê mais atenção a essa pauta. A repercussão internacional do fato forçou uma movimentação de vários setores, no sentido de ter que dar algum tipo de resposta oficialmente. A Comissão Interamericana chamou uma audiência e o governo brasileiro precisou apresentar um posicionamento sobre como vai fortalecer sua política de proteção”.

Atualmente vive-se um processo mais forte de ataques, de criminalização de defensoras dos direitos humanos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, tem sido alvo de ações judiciais. Além das tentativas de associar a imagem das pessoas do movimento a histórias inverídicas.

Sandra aborda esse ponto, lembrando os recentes episódios envolvendo representantes do poder judiciário e da polícia, que afrontaram os direitos humanos. Uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro se envolveu em uma polêmica ao afirmar que a vereadora Marielle Franco tinha ligação com o “crime organizado”. Depois questionou a capacidade de ensinar de uma professora com síndrome de Down. A mesma desembargadora afirmou também que o líder negro Zumbi dos Palmares é um “mito inventado”. A outra cena foi protagonizada por um delegado da polícia civil ao dizer em rede nacional: “Nós vamos caçar. A palavra é caçar”, se referindo às ações policiais em comunidades do Rio.

“Temos orientado muito e feito um trabalho com a militância para não se exporem, porque temos visto muitos casos de criminalização e de intimidação, porque estão filmando uma abordagem policial, ou qualquer outra circunstância. As redes sociais viraram uma forma de controle e intimidação de defensores de direitos humanos. Isso é muito forte no contexto da cidade. Não é um momento favorável, os ataques têm aumentado”, finaliza Sandra.

SECCIONAIS



Campos dos Goytacazes

Autonomia profissional em tempos de redução de direitos

As assistentes sociais têm suas competências e atribuições bem definidas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional, nos quais a autonomia se materializa como um direito. Legalmente as assistentes sociais não são obrigadas a realizar atividades incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções, incorrendo, inclusive, em infração ética caso alguma determinação institucional que fira os princípios e diretrizes do Código seja acatada.

A Seccional de Campos, tendo em vista o exercício de suas funções precípua de fiscalização, orientação e defesa do exercício profissional, vem identificando que, apesar do direito legal à ampla autonomia no exercício da profissão, as assistentes sociais têm enfrentado dificuldades em exercê-lo. No cotidiano do trabalho, as assistentes sociais tem feito uma série de enfrentamentos, assim, lidam desde as requisições não condizentes com as atribuições profissionais previstas em lei, até a prescrição de formulários padronizados pelos ministérios para o acesso aos direitos.

Exemplos disso podemos perceber na Política de Assistência face aos formulários para acompanhamento familiar, prontuários do Sistema Único de Assistência Sociais (SUAS), Cadastro Único (CADÚnico), dentre outros apresentados como instrumentos de porta de entrada para os benefícios sociais. Esse conjunto

é um sistema de informação que, dependendo de como é "alimentado" define quais serão os beneficiários dos programas de transferência de renda considerando apenas a aparência das situações.

Os sistemas de informação estão ocupando cada vez mais os processos de trabalho das assistentes sociais, com formulários prescritos pela gestão em detrimento da utilização de seus instrumentos próprios, dos projetos de intervenção comprometidos com as demandas e com os sujeitos que atendem.

Em termos de legislação, a 8662/93 em seu artigo 4º, define como competência a realização de "estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades". Porém, ao analisarmos os instrumentos das políticas e, de forma específica os da política de assistência social, nota-se que o modo como foram incorporados os avanços tecnológicos não apenas limitam a autonomia profissional, mas também são responsáveis pelas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e seu processo de organização com a padronização de procedimentos e controle da produtividade. Estes servem à seletividade e à fiscalização da pobreza em detrimento da garantia do acesso aos direitos, posto que acabam estreitando os limites

da construção de seu processo de trabalho, o que pressupõe também a escolha do uso dos instrumentais, sempre na direção da viabilização de direitos.

Além dessa padronização, em uma primeira análise, a precarização das relações de trabalho também poderia fragilizar essa autonomia. No entanto, enquanto profissional qualificada ética e tecnicamente, a assistente social precisa apropriar-se do projeto ético-político da profissão como um norte do seu processo de trabalho. Com isso, traçar estratégias coletivas para viabilizar essa autonomia, mesmo perante aos desafios do cotidiano profissional.

Certamente o debate da autonomia profissional precisa ser realizado pelas assistentes sociais em seus diferentes espaços de trabalho face ao retrocesso de direitos que se materializam na redução dos financiamentos, na precarização vivenciada pelas profissionais nas diferentes políticas setoriais. Assim, estamos abertas para construir coletivamente alternativas que potencializem a atuação profissional com base nos princípios éticos, mesmo conhecendo os limites que as demandas institucionais nos trazem hoje.



Volta Redonda

A carne mais barata do mercado (ainda) é a carne negra?

A sociabilidade brasileira tem em seu bojo estrutural a escravatura da população indígena e negra como fonte de riqueza, exploração e acumulação de capital.

As consequências históricas e concretas desse período no cotidiano são evidenciadas nas péssimas condições de trabalho, nas desigualdades salariais, nas dificuldades de acesso e permanência nas escolas e universidades e no genocídio da juventude negra. Dentre as múltiplas violações, ainda vivenciamos o racismo transvestido e glamorizado através de uma viagem nos tempos do ciclo do café na Região Sul-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Essa região é composta por 14 municípios dentre os quais destacamos a microrregião conhecida como Vale do Café, e tem como principais cidades: Barra do Pirai, Valença e Vassouras. Foi fundada especialmente a partir da atividade cafeeira e exploração da população negra escravizada. Atualmente, a localidade vale-se do turismo cultural com visitas aos

seus casarões e fazendas antigas, que recontam na perspectiva eurocentrada a história dos grandes barões, da oligarquia, e as relações socioeconômicas e políticas com o Império. Para "ambientar" o agradável passeio, a Fazenda Santa Eufrásia oferecia em seu roteiro a presença de pessoas negras vestidas com os trajes da época representando "escravos", enquanto a proprietária apresentava o cenário em seu papel de sinhá e anfitriã.

De forma alguma a proposta é a valorização da cultura, da história e religião das mulheres negras e dos homens negros escravizados no Brasil. Assim como nos séculos passados, somos mais uma vez usurpados do nosso protagonismo e realocados ao papel servil e lucrativo de mercadorias ou peças de museu a serem exibidas e mercantilizadas para atender as demandas do capital. Tais passeios sofreram intervenção dos movimentos sociais negros e foram alvos de manifestações e mobilizações. Como consequência, o Ministério Público aplicou o Termo de Ajustamento de Conduta em

2017 contra a proprietária da fazenda que dizia não haver racismo.

A ausência de análise crítica e alinhamento com projeto societário reacionário e conservador legitimam tais posturas que expõe a grande ferida do racismo à moda brasileira. Pelo menos dois desafios são postos e, enquanto profissionais que intervimos nessa região, temos o compromisso ético-político de enfrentamento. O primeiro, parte do pressuposto de que nossa sociedade é fundamentalmente escravocrata, reprodutora dessa mentalidade no contemporâneo, e, portanto, evidencia a falência do projeto societário vigente ao mesmo tempo em que impulsiona nossa luta por um projeto libertário que concebe dignidade a pessoa humana e emancipação através do reconhecimento das demandas identitárias. O segundo desafio, é no movimento dialético da análise e da proposição criativa, empreender processos de mudança nos ambientes de representatividade política, econômica e social que enfim represente a face brasileira: negra, forte e resistente.





Inclusão do debate racial na educação

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie nos chama a atenção para “os perigos de uma história única”. A ausência de referências da história do negro no Brasil, que não os coloque apenas como escravizados, ainda demonstra a ausência de narrativas que revelem a contribuição de cientistas, comerciantes, artistas, escritores que viviam no continente Africano e foram trazidos a força para o país.

Para superar a história única, há 15 anos foi sancionada a Lei 10.639/03 que determina a inclusão do “Estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

A assistente social Aline nos alerta para a necessidade deste debate ser pautado não só no espaço de sala de aula, mas nos diversos espaços e profissões. E destaca: “Não é só o professor que está implicado nisso. De colocar a importância da educação como processo de construção, de transformação da cultura, de toda construção social brasileira do que significa ser negro no Brasil. É preciso que essa visão se espraie”.

Ainda de acordo com Aline, é preciso garantir a materialização da lei para além do ensino básico, fundamental e médio. É necessário pensar a sua implicação também em todos os níveis e todos os outros atores. Assim como a assistente social que em seu cotidiano vai se deparar com os reflexos das expressões da questão social e interagir com seus usuários.

“Uma questão é que esse tema fica reduzido a debates sobre a lei Áurea e a exaltação da figura do Zumbi. Não existe um debate sistemático no cotidiano, de incorporar o tema na literatura ou nas ciências. Não basta simplesmente ter conteúdo sem estabelecer as relações. Falar da história da África sem relacionar as consequências do racismo no Brasil e seu impacto no cotidiano. É falar dos adolescentes negros que são proibidos de irem à praia na Zonal Sul do Rio. Se isso não ocorre é um esvaziamento político”, destaca.

O Serviço Social e os desafios da implementação da lei

Na mesma perspectiva, a professora da Escola de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ana Paula Procópio acredita que apesar dos desdobramentos da lei desde a sua publicação, é preciso que no cotidiano, tanto acadêmico, quanto profissional, o debate seja estimulado.

“Somos uma profissão de caráter interventivo, pautada por uma dimensão sócio educativa. Em qualquer espaço de trabalho vamos lidar com usuários numa perspectiva pedagógica, estabelecida pelo diálogo. A educação é o que nos possibilita ampliar a lei 10.639/03 para o Serviço Social, para pensar um currículo e uma pedagogia antirracista. Todas as disciplinas devem absorver as relações étnico-raciais como uma questão a ser resolvida pela sociedade brasileira. É ter isso como objetivo. E não apenas como mais uma temática ou disciplina isolada”.

As diretrizes curriculares do Serviço Social estão baseadas num tripé de núcleos, conectados entre si: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio histórica brasileira e fundamentos do trabalho profissional. Ou seja, a realização da articulação entre os conteúdos abordados precisa ter a questão étnico racial como um dos fios condutores.

Por exemplo, no núcleo histórico estão disciplinas que irão tratar da formação social brasileira. Nestas, destaca Ana Paula, é impossível continuar abordando a escravização sem incluir as resistências das comunidades quilombolas para entender a formação de classes no Brasil.

A dimensão discente

Mesmo que os currículos da graduação não contemplem o debate com a devida atenção, os alunos construíram coletivos para reivindicar essa pauta. Ana Paula aponta que essa mobilização ocorre, porque em 2003, com a política de reserva de vagas, estudantes negros e negras sofreram um brutal racismo no interior da Universidade, sustentado pelo argumento de que a entrada de alunos via ações afirmativas iria acarretar queda da qualidade dos cursos oferecidos pela

UERJ. E o movimento estudantil passou também a incorporar as questões desses estudantes.

“Caso o tema não seja abordado em sala, chega através dessas frentes, que ajudam na conscientização dos alunos negros. Eles precisaram se organizar, para não adoecer, e ofereceram mutuamente um lugar de trocas de experiências. É uma reação ao racismo institucional que está posto. Os alunos que estão chegando, já chegam com esse acúmulo. É por aí que o debate aparece em sala de aula”.

Ainda de acordo com Ana Paula, no caso do Serviço Social o que falta é a própria formação abordar propositivamente um conteúdo antirracista. “Porque pelo nosso Código de Ética, nossas diretrizes, pela forma de posicionamento de nossas organizações já existem direcionamentos e ações políticas antirracistas, antissexistas e anti-homofóbicas”.

Distante realidade

Passados 15 anos da implementação da Lei que determina diretrizes e bases curriculares para a inclusão na educação nacional da História da população negra, essa realidade ainda é distante. Isso acontece devido ao conjunto existente de intolerâncias, discriminações e desigualdade racial enraizadas em nossa sociedade, decorrentes do racismo que é um elemento da formação do capitalismo brasileiro. O não cumprimento dessa legislação corrobora para a invisibilidade da história da África e seus desdobramentos no Brasil. É relegar para segundo plano a fundamental contribuição da maioria da população brasileira para a construção do país.

Por esse motivo, a campanha do Conjunto CFESS/CRESS para o triênio, aprovada no 46º Encontro Nacional, realizado em setembro de 2017, “Assistentes sociais no combate ao racismo” chama a atenção de toda a categoria para a fundamental questão de uma educação que inclua a história da contribuição de afrodescendentes à sociedade brasileira, tendo em vista que no atendimento diário e nos espaços institucionais, as assistentes sociais se deparam com as expressões da questão racial cotidianamente.



Representações Externas

Em mais uma frente de participação de assistentes sociais de base nos espaços do Conselho, as representações externas materializam o elo orgânico entre o CRESSRJ e as diversas instituições da sociedade civil. Tanto em âmbito estadual quanto municipal, a autarquia participa de conselhos de direitos e de políticas, fóruns, frentes, comitês e grupos técnicos.

Para orientar esse processo, o Conselho publicou a Resolução CRESS 62/2012 que regulamenta as condições e formas de inserção para que profissionais o representem em espaços de controle social, sendo uma condição intransponível a deliberação em reunião de Conselho Pleno, que é a sua instância máxima decisória.

Dentre suas diversas recomendações, o documento em seu artigo 3º afirma que para representar o CRESSRJ a assistente social deverá cumprir as seguintes condições: estar inscrita e em dia com suas anuidades; não ser ocupante de função gratificada (de confiança) ligada ao poder público local; não estar respondendo a processo ético e/ou disciplinar; e não estar cumprindo penalidade decorrente de processo ético.

Existem diferenças entre as nomeações para que a base ocupe esses lugares. Em nível estadual, as indicações podem ser realizadas diretamente pela diretoria do CRESS, mas no município ou distrito, as profissionais devem se adequar às cautelas da Resolução 62/2012. Assim, a indicação de representantes para os conselhos de direitos ou de políticas tem que



Para representar o CRESS-RJ a assistente social deverá cumprir as seguintes condições:

- Estar inscrita e em dia com suas anuidades;
- *Não ser ocupante de função gratificada* (de confiança) ligada ao poder público local;
- *Não estar respondendo a processo ético e/ou disciplinar;*
- *Não estar cumprindo penalidade decorrente de processo ético.*

Resolução CRESS 62/2012 - Artigo 3º

contar com referendo de assistentes sociais de base no território. Tal designação tem que ser devidamente comunicada ao CRESS-RJ, mediante envio de ata, em que estejam explicitados os compromissos ético-políticos assumidos pela assistente social eleita, e lista de presença da referida reunião. Com isso, essa indicação será submetida para apreciação do Conselho, que poderá aprovar ou não.

Após participar da organização de uma greve, que durou cerca de cinco meses em 2016, no município de Nova Iguaçu, a assistente social Antonieta Nascimento foi referendada pela base para ser representante do CRESSRJ junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

“Esse convite veio justamente através da nossa mobilização e articulação. Pela participação no comando de greve, fomos

conhecendo uns aos outros. A situação era muito ruim, com salários atrasados há meses. Após esse período, a antiga gestão do CRESS deliberou meu nome para ser representante do CRESS no conselho municipal”.

Buscar o conhecimento foi um momento de desbravamento, ressalta a representante do CMAS, porque ela pôde perceber o quanto é importante a participação nesse espaço deliberativo. É o lugar no qual a sociedade civil tem a oportunidade de disputar o direcionamento da política com o poder público.

“É um espaço de conflitos, de disputa de poder, mas é necessário. Eu vi a importância de estar lá e me apropriar dele, saber me posicionar, construir as relações, questionar. Não só na época da greve. Porque nós entramos para falar da falta de salário, mas vi que não poderia ser uma participação apenas



“Nós, enquanto assistentes sociais, precisamos estar nesses espaços. Como diz o lema do 15 de maio: “ocupar, lutar e resistir”. São locais que dão possibilidades de interlocução”

Antonieta Nascimento
Assistente social representante
do CRESSRJ no CMAS

“É nesta articulação que buscamos a resistência coletiva, bem como contribuímos nesta resistência aos ataques às conquistas da classe trabalhadora”

Fabiana Schmidt

Assistente Social representante do CRESSRJ no FDCA/ERJ



pontual. Nós, enquanto assistentes sociais, precisamos estar nesses espaços. Como diz o lema do 15 de maio: “ocupar, lutar e resistir”. São espaços que dão possibilidades de interlocução”, destaca.

Outros espaços

Já os fóruns e frentes são espaços de encontro entre diversos sujeitos da sociedade civil organizada. Estes reúnem uma multiplicidade de sujeitos – sindicatos, movimentos sociais, organizações populares, universidades, associações, organizações não-governamentais, conselhos profissionais, profissionais e militantes de um modo geral – em torno de uma área temática.

O CRESS privilegia o intercâmbio de diversas formas proporcionado por esses locais. Ao ocupa-los, o Conselho apresenta propostas fundamentadas no projeto profissional do Serviço Social. Dessa maneira, contribui para fomentar e articular políticas que compõem as bandeiras de lutas do Serviço Social e contribui com o fortalecimento das instituições democráticas no Brasil.

Vários fóruns possuem representantes do CRESS que podem ser membros da diretoria ou assistentes sociais de base, que muitas vezes se revezam no acompanhamento das reuniões. Os debates realizados nesses fóruns e frentes são socializados nas reuniões das Comissões Temáticas do CRESS e/ou nos Conselhos Plenos, bem como para a categoria através das publicações do Conselho.

Fabiana Schmidt, assistente social, participante da Comissão de Direitos Humanos (DH), representa o CRESSRJ no Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro (FDCA/ERJ), espaço de organização e luta da sociedade civil na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

“A trajetória para chegar ao espaço foi decorrente tanto de minha experiência de trabalho como assistente social na área e, também pelos meus estudos, principalmente sobre as medidas socioeducativas para adolescentes. Deve-se também ao fato de eu ter representado o CRESS no CEDCA (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente RJ), pela gestão anterior (2014-2017), onde adquiri experiência e pude contribuir”.

Ainda de acordo com Fabiana, participar dessas iniciativas é de grande importância, pois nestes espaços é que se pode contribuir à qualificação, ao fortalecimento e à defesa das políticas públicas. Este fórum é um espaço político de organização e fortalecimento da sociedade civil na luta pela defesa das políticas públicas que envolvem as crianças e adolescentes. Essa participação possibilita contribuir com a formulação de ações e mobilizações conjuntas na defesa das bandeiras de lutas da categoria que coincidem com as destas entidades e consequentemente da classe trabalhadora. Na atual conjuntura, de intensos retrocessos, a resistência é fundamental na criação de estratégias, juntamente com as demais entidades representantes deste segmento.

“Faz-se necessária a participação, e é de extrema importância, porque o CRESS como uma entidade representativa de classe deve trabalhar e estar nesta articulação com as demais entidades da sociedade civil. É nesta articulação que buscamos a resistência coletiva, bem como contribuímos nesta resistência aos ataques às conquistas da classe trabalhadora. Acredito que é nesta articulação que se apresentam possibilidades

de concretização de nosso projeto profissional”.

Ocupar esses espaços se faz necessário, pois essa participação pode contribuir para efetivar os propósitos e aspirações políticas da profissão, uma vez que busca alternativas para solucionar uma série de problemas através de construção e proposição de políticas públicas. Assim, é um exercício e fortalecimento do poder de pressão e intervenção nas políticas setoriais através da capacidade de negociação e diálogo entre sociedade civil e o Estado. Esse tipo de atuação possibilita tanto a visibilidade do papel político do CRESS, como do trabalho da assistente social evidenciando suas intenções, a direção ético-política e a capacidade de luta e organização. As representações externas são meios para que o CRESS possa contribuir com o fortalecimento da democracia participativa e o controle democrático, além de possibilitar uma aproximação com as entidades da sociedade civil, que se mantêm firmes em suas lutas e nas estratégias de resistência.

Durante o fechamento desta edição a assistente social Antonieta Nascimento deixou de realizar essa representação externa em razão de outros compromissos assumidos. O Conselho agradece o período em que cumpriu esse papel que possibilita o fortalecimento da categoria.

Acompanhe a divulgação e venha ocupar conosco o CRESS!



Outras ações

março a abril/2018



Seminário Estadual sobre Trabalho da Assistente Social na Política sobre Drogas e Saúde Mental: O Conselho promoveu no dia 06 de abril, no Auditório da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, o Seminário Estadual sobre o Trabalho da Assistente Social na Política sobre Drogas e Saúde Mental, debatendo amplamente os rebatimentos da crise no trabalho da assistente social na política de saúde mental, álcool e outras drogas.

21 Dias de Combate ao Racismo: O CRESS RJ participou na organização da Campanha dos 21 dias de Ativismo contra o Racismo. Essa agenda é construída coletivamente pela ação de militantes do movimento negro e da luta Antirracista, coletivos e grupos culturais, pesquisadoras e pesquisadores, professores e estudantes, profissionais da educação, saúde e diversas outras áreas. Essa campanha tem como objetivo construir uma agenda de luta em todo o estado contra o racismo interseccionado a outras formas de opressão. No ano de 2018, foram realizadas 176 atividades, em sua maioria, na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas também com a ampliação da Campanha para outros estados: Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Também aconteceu a primeira atividade internacional realizada em Lisboa (Portugal).

Marcha das Mulheres 8M: No dia 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, o Conselho estava presente na Candelária ao lado de centenas de mulheres, que se reuniram e saíram em marcha pela vida e contra todas as formas de violência, expressa, por exemplo, nos alarmantes casos de feminicídio. Também era um dia de luta por salários e condições de trabalho dignas, pela manutenção dos direitos trabalhistas, bem como manifestações diversas contra todas as formas de discriminação e de intolerância.

25 anos do Código de Ética de Assistente Sociais: desafios à autonomia das profissionais nos cargos de gestão: Realizado no dia 16 de março, no Sindisprev, o evento contou com a presença da Professora Doutora Yolanda Guerra (UFRJ).

Roda de Conversa “Violência Obstétrica: da dor a luta” - Núcleo Esterlina Ramos: No dia 08 de março foi realizada no SEPE de Teresópolis - como uma das ações dos 21 dias de Combate ao Racismo - uma roda de conversa com o tema Violência Obstétrica: da dor a luta, com o intuito de mobilizar a base, disseminar a importância desta pauta e promover o debate no campo do exercício profissional.

I Seminário Diversidades Religiosas e Homoafetivas: Realizado no dia 09 de março, no Museu de Arte do Rio, o I Seminário Diversidades Religiosas e Homoafetivas, que discutiu a visão religiosa sobre a homofetividade, contando com a presença do CRESS RJ e de diversos representantes religiosos do Estado.

Reunião de Mobilização de Base do Núcleo Arco Verde: Realizado em Campo Grande, no dia 15 de março, reunião de mobilização das assistentes sociais de base do Núcleo Arco Verde, com a finalidade de apresentar uma devolutiva das ações promovidas pelo CRESSRJ e construir um calendário de atividades anual.

GT Atualização das Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS CRESS: O CRESSRJ participou no mês de março do GT – Atualização das Bandeiras de Lutas do Conjunto CFESS- CRESS, que é composto por conselheiras do CFESS e pelos CRESS de cada região, com o objetivo de revisar e atualizar o documento Bandeiras de Luta do Conjunto, realizando interlocução com os demais CRESS para contribuições. A Região Sudeste foi representada pelos Conselhos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Reunião com o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do município do Rio de Janeiro: O Conselho participou da reunião com o secretário municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Pedro Fernandes, no dia 22 de março, juntamente com diversas lideranças religiosas. Um dos assuntos tratados foi o lançamento da cartilha

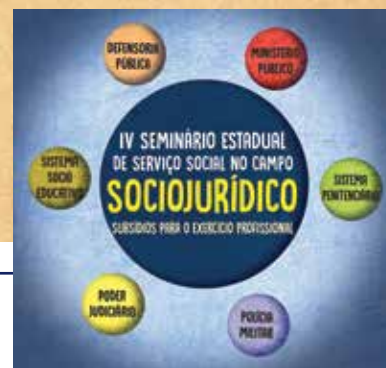
'Liberdade Religiosa e Direitos Humanos'. A proposta é que a cartilha seja distribuída nas escolas da rede municipal de ensino, assim como nas unidades da Assistência Social. O trabalho aborda a questão da intolerância religiosa e apresenta as tradições mais presentes no Brasil e no mundo.

Roda de Conversa “O CRESS e o exercício profissional”: A roda de conversa promovida pelo Núcleo Arco Verde foi realizada em Campo Grande no dia 12 de abril e contou com a participação das assistentes sociais da região da Zona Oeste.

1º Encontro Nacional das Seccionais do Conjunto CFESS CRESS: Nos dias 13 e 14 de abril, o Conjunto CFESS-CRESS reuniu na capital paulista as Seccionais dos CRESS de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Norte e Amazonas, por meio da Seccional de Roraima, para o primeiro Encontro Nacional das Seccionais do Conjunto. Esse evento foi uma das deliberações do último Encontro Nacional CFESS-CRESS, cujo objetivo foi debater as atuais funções político-administrativas e financeiras das Seccionais frente as possibilidades de formas de descentralização.

II Encontro de Assistentes Sociais da Saúde Mental da Baixada Fluminense, Costa Verde e Médio Paraíba: O CRESS Rio de Janeiro participou no dia 18 de abril do II Encontro de Assistentes Sociais da Saúde Mental da Baixada Fluminense, na Faculdade Duque de Caxias, com a finalidade de debater os principais desafios profissionais no campo da saúde mental na Baixada Fluminense.

IV Seminário Estadual do Serviço Social no Campo Sociojurídico: O CRESSRJ realizou no dia 13 de abril, no auditório da UERJ o IV Seminário Estadual do Serviço Social no Campo Sociojurídico, promovendo o debate em torno do trabalho das assistentes sociais no sociojurídico e as velhas e novas roupagens do conservadorismo moral.



FETSUAS

Trabalhadoras se organizam para a luta e resistência

O Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FETSUAS) é um espaço permanente de organização e mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores em suas diversas formas de organização e de entidades coletivas ligadas à Política de Assistência Social. O FETSUAS/RJ é um ambiente de articulação, discussão democrática e deliberação política em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, um importante espaço de trocas, sobretudo em um contexto de retrocessos em relação aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Após ficar alguns meses sem reuniões periódicas e uma organização efetiva, um grupo de trabalhadores começou a se agrupar pela necessidade de colocar o Fórum mais uma vez como protagonista na disputa de concepções de projetos. Disso resultou numa recente reformulação do FETSUAS/RJ.

"Interessante quando a trabalhadora começa a participar e se entender no processo de luta. Porque se insere no contexto, na consciente luta diária. Essa é uma das importâncias da participação em fóruns e outros espaços organizativos", afirma a assistente social Renata Dutra Freitas.

Renata compõe a Comissão de Assistência Social do CRESSRJ e participa como representante externa do CRESSRJ dentro do FETSUAS. O convite surgiu em razão do seu histórico de lutas, que contava com a participação no Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS de Itaguaí, durante as greves organizadas por servidoras no município de Itaguaí, na Região Metropolitana do Rio.

"A participação no movimento grevista em 2015 e 2017 e no Fórum Municipal de Itaguaí fez com que surgisse um convite para que o grupo de assistentes sociais participasse deste espaço aberto, que é a comissão de assistência do CRESS, e também para representar o Conselho no FETSUAS. Lá em Itaguaí, por exemplo, a organização fez com que conquistássemos espaço no conselho municipal, hoje presidido por uma trabalhadora eleita por nós para nos representar. E também conseguimos eleger nossas coordenações. Tudo isso com grande influência da organização do Fórum".

Ainda de acordo com Renata, o posicionamento do FETSUAS hoje é o de valorizar uma visão coletiva para incentivar a organização de todas as categorias profissionais. Nesse sentido, são empreendidos esforços para construção de pautas junto com outros Fóruns, principalmente no âmbito dos municípios, com as demais trabalhadoras do SUAS e com as entidades parceiras.

O caminho da reestruturação

A assistente social destaca que gradativamente o grupo retomou as rodas de conversa para organizar os fóruns municipais e trabalhadoras, bem como trazê-los para o debate e estímulos para a organização coletiva. Buscando estratégias para se reaproximar das profissionais a partir de contatos com colegas, num verdadeiro trabalho de base.

"Tem participado de maneira mais frequente desse espaço além do CRESS, o Conselho Regional de Psicologia (CRP), Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SindPsi-RJ), Sindfilantrópicas e os Fóruns Municipais de Trabalhadores do SUAS de Itaguaí e de Belford Roxo. Temos convocado outras entidades, buscando incentivar a participação de outros fóruns".

Para ela é preciso capilarizar o debate, por isso ressalta a importância da participação de assistentes sociais nos fóruns e o fundamental apoio do CRESS.

"Precisamos dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS do estado. Discutimos os temas dentro da comissão de assistência social do CRESS e tiramos um posicionamento. Em seguida, levamos para o Fórum. Nossa profissão é comprometida com a luta dos trabalhadores. Precisamos contribuir para a organização no município do Rio, porque existem muitas assistentes sociais que atuam na assistência social. Ainda encontramos muita dificuldade para a organização na capital. Nos municípios menores encontramos menos resistência. O Rio é muito grande, plural e mais hierarquizado. Aos poucos, estamos construindo nossa rede. Acho interessante mencionar como a nossa categoria tem participado, ocupado esses espaços e a importância disto. Entre as bandeiras de luta do Serviço Social Brasileiro, lançadas em 2015, está a participação no fortalecimento de Fóruns

"Interessante quando a trabalhadora começa a participar e se entender no processo de luta. Porque se insere no contexto, na consciente luta diária. Essa é uma das importâncias da participação em fóruns e outros espaços organizativos"

Renata Dutra Freitas
Assistente social e representante externa do CRESSRJ no FETSUAS

de Trabalhadoras/es do SUAS nas instâncias municipal, estadual e nacional".

O Serviço Social tem um histórico importante no SUAS e a participação da categoria nestes espaços pode contribuir para fortalecer o projeto profissional e societário defendido por nós. A Comissão de Assistência Social do CRESSRJ participa ativamente dessa jornada.

Renata deixa o convite para que trabalhadoras participem da organização de fóruns municipais e outras instâncias de organização.



O FETSUAS tem se reunido ordinariamente todas as terças-feiras de cada mês, às 18h, em espaços itinerantes.

Quaisquer dúvidas envie um e-mail para fetsuasriodejaneiro@gmail.com

Praxis atinge publicação histórica

Muito além de um projeto editorial, o Praxis surge como uma estratégia para fortalecer o projeto ético-político da categoria. Por isso, ele busca manter-se atualizado diante dos desafios impostos pela conjuntura, oferecendo reflexões críticas sobre a atuação profissional, considerando suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Resultado de um longo processo de construções e debates, o Praxis ampliou o escopo de ação dos veículos de comunicação que o antecederam (o Conselho contou com publicações dos jornais: CRAS, do CRESS e DemoCRAScia) e passou a trabalhar os assuntos com mais profundidade. Sua primeira edição foi publicada em janeiro de 1999 com a matéria de capa "Racismo - O espelho que o Brasil não vê". Naquela época, tinha um formato diferente do que conhecemos hoje e, além do preto e branco, só havia espaço para a cor azul.

De certa forma, as mudanças ocorridas no Praxis estavam conectadas à forma como o debate avançava no Conjunto CFESS-CRESS. Um documento identificado como o ponto de partida deste processo é o chamado "A beleza está nas ruas", da Gestão 1996-1999, do CFESS. Nele estava sinalizado a importância da comunicação como espaço fundamental e estratégico de ação política entre o Conjunto e a categoria, divulgando orientações técnicas para a produção de materiais, e que foi o norte para a construção do desenho da política nacional de comunicação, aprovada em 2001. Desde então, o CRESSRJ segue as diretrizes e estratégias apontadas pela Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, cuja publicação se constitui como uma referência no âmbito desse coletivo.

O PRAXIS é um dos instrumentos políticos destinados a fortalecer e potencializar a comunicação do CRESS com a categoria e a sociedade. Assim, faz uso de estratégias e informações que reafirmam o projeto ético-político profissional. Destacamos também que é um veículo que prima pelo uso de uma linguagem não discriminatória em suas publicações, além de privilegiar o emprego da linguagem de gênero,



A primeira publicação do Conselho foi uma circular de 1964, quando tinha o nome de CRAS. Ao longo desses 54 anos, foram muitos os avanços editoriais e gráfico-visuais até chegarmos ao PRAXIS em sua forma atual.

desde 2013 (edição 70), por entender que a regra gramatical expressa e reforça a cultura machista que tende ao apagamento da mulher dos espaços sociais.

Em razão dos aspectos gráficos e layout, o Praxis tecnicamente é uma revista de 16 páginas (seis a mais que em sua primeira edição), no entanto, é identificado como um jornal. Isso decorre da linguagem adquirida para se referir às publicações dos veículos de comunicação historicamente utilizados pelo Conselho.

Em que pese as possibilidades e disseminação de publicação em redes sociais, o Conselho ainda investe na produção por meio impresso devido ao alcance da categoria. O último levantamento realizado pelo CRESSRJ mostra que 79% da categoria utiliza o Praxis como fonte de informação profissional. E deste total, 47% das assistentes sociais leem a versão impressa do início ao final.

Ao longo desses anos, a publicação cumpriu não apenas com o propósito de informar, mas também de atualizar a categoria acerca dos debates em torno das expressões da questão social e de situações inerentes à profissão, contribuindo, inclusive, como instrumento de formação continuada de assistentes sociais.

Tradicionalmente tem sido utilizado em sala de aula, em universidades do Rio de Janeiro e de outros estados. Robson Roberto da Silva, professor da Escola de Serviço Social da UFF, desde 2015, é um desses docentes que utilizam o Praxis como instrumento pedagógico de trabalho e tem como prática levar a publicação para suas aulas.

"Tenho percebido que ele contribui bastante para as discussões sobre a crise estrutural do capital, as dimensões, os

rebatimentos dessa crise nas políticas sociais e no trabalho profissional. Essas matérias sobre conjuntura, principalmente, acabam auxiliando os estudantes a fazerem uma análise mais ampla e compreenderem as expressões da questão social", sublinha Robson.

"As matérias da COFI, por exemplo, auxiliam muito em sala de aula para elucidar certas dúvidas que surgem sobre o trabalho profissional, supervisão de campo e acadêmica", comenta.

Para ele, as matérias sobre o trabalho profissional apresentam uma síntese sobre a inserção de assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Por meio dessas matérias, os estudantes podem compreender quando e como tem se dado a inserção profissional em tais espaços, as demandas dos empregadores, as competências e atribuições profissionais, as condições e relações de trabalho, os desafios e as possibilidades do exercício profissional.

"Numa perspectiva contra hegemônica, o PRAXIS contribui com uma apreensão crítica das transformações estruturais e conjunturais, da formação e do trabalho profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais, sendo, portanto, recurso metodológico riquíssimo para ser incluído no planejamento das disciplinas dos cursos de Serviço Social", conclui Robson Roberto.

Em consonância com as diretrizes da Política de Comunicação, o PRAXIS tem se estabelecido como um veículo que contribui com a socialização de informações, de formação política e técnica da categoria, como um espaço de denúncia de violação de direitos e de reafirmação de direitos, inscrevendo-se historicamente como uma ferramenta de luta e de resistência.